



PROCESSO N.º 01/2010
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
DELIBERAÇÃO N.º 01/2010 - APROVADA EM: 02/03/2010
INTERESSADO: Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá
MUNICÍPIO DE: PARANAGUÁ / ESTADO DO PARANÁ
ASSUNTO: **Define diretrizes operacionais para implantação do Ensino Fundamental para 9 (nove) anos.**

CONSELHEIRA RELATORA: FABÍOLA SOARES

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2759/07, considerando o disposto na Constituição Federal, na Lei nº 9394/96, na Lei nº 10.172/01, na Lei nº 11.114/05, e na Lei nº 11.274/06, em toda legislação emanada do Conselho Nacional de Educação, Resolução CEB nº 03/05, que dá orientações e estabelece normas para implantação e implementação do Ensino Fundamental obrigatório de nove anos.

DELIBERA:

Art. 1º - Em consonância com legislação vigente, o Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá deve garantir o atendimento do direito público subjetivo das crianças com 6 (seis) anos de idade, matriculando-as e mantendo-as em escolas de Ensino Fundamental, nos termos da Lei nº 11.274/2006.

Art. 2º - Para o ingresso no primeiro ano do Ensino Fundamental, a criança deverá ter 6 (seis) anos de idade completos até o dia 01 de março do ano em que ocorrer a matrícula, conforme artigo 47 da Lei Complementar 69/07.

Art. 3º As crianças que completarem 6 (seis) anos de idade após a data definida no artigo 2º deverão ser matriculadas na Pré-Escola.

Art. 4º - Compete a Secretaria Municipal de Ensino definir providências complementares de adequação às normas desta deliberação em relação às crianças matriculadas no Ensino Fundamental de 8 (oito) anos ou de 9 (nove) anos no período de transição definido pela Lei nº 11.274/2006 como prazo legal de implantação do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.

Parágrafo único - As crianças de 5 (cinco) anos de idade, até o dia 31 de março, que no seu percurso educacional estiveram matriculadas e



freqüentaram por mais de 2 (dois) anos comprovados na Pré-Escola, poderão, em caráter excepcional, no ano de 2010, prosseguir no seu percurso para o Ensino Fundamental, desde que o estabelecimento de ensino atenda os seguintes requisitos:

- a) Comprove a existência de vagas;
- b) Tenha o projeto político pedagógico adequado ao desenvolvimento e aprendizagem das crianças;
- c) Explicita as regras de matrículas no seu regimento escolar;
- d) Providencie termo de responsabilidade pela antecipação da matrícula da criança assinada pelos pais ou responsáveis, sob a supervisão pedagógica da escola, ficando desta forma garantida a opção do pai ou responsável pela permanência ou não da criança na educação infantil;

Art. 5º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Relação de Conselheiros que aprovam a proposta de Deliberação da Cons.
Relatora Fabíola Soares

Cons. Antonio Luiz Freitas Morato, Cons. Franciele de Souza Martins, Cons. Paula Regina Geraldo, Cons. Simone Pereira de Mello, Cons. Sonia Maria dos Reis, Cons. Tania do Rocio Rabij, Cons. Valmir Roberto Martins Junior.